

# **POLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO: DAS APORIAS DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS TRANSNACIONAIS**

George Gomes Coutinho\*

## **RESUMO**

Na contemporaneidade a política, enquanto um dos espaços de realização das grandes questões da humanidade, se apresenta desconcertada mediante as modificações estruturais da sociedade que conhecemos como globalização. Esta compressão espaço-temporal acelerada nas últimas décadas certamente atingiu o imaginário das Ciências Sociais produzindo aporias teóricas fantasmáticas que mais ocultam do que explicitam as possibilidades de pensarmos a emancipação humana diante dos recursos contraditórios disponíveis. Neste cenário, apresentamos a proposta envolvida no conceito de Espaços Públicos Transnacionais onde um realismo crítico se articula enquanto via de dissipação da oclusão interpretativa normativista hegemônica.

**Palavras-Chave:** Política contemporânea, globalização, sociedade civil global, espaços públicos transnacionais

---

\*Professor Assistente de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes. Mestre em Políticas Sociais e doutorando em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense.

## **Abstract**

In contemporary politics, as a space to realize the great questions of humanity, appears perplexed motivated by structural changes in the society that we know as globalization. This accelerated space-time compression in recent decades certainly hit the Social Sciences imaginary producing fantasmatic theoretical aporias that conceal more than explain the possibilities to think about human emancipation in front of the contradictory resources available. In this scenery, we present a proposal related to the concept of Transnational Public Spaces where a critical realism is articulated as a direction to dissipate the hegemonic normativist interpretive occlusion.

**Keywords:** contemporary politics, globalization, global civil society, transnational public spaces

## I

Na contemporaneidade a grande paixão do século XX, capaz de edificar ou destruir impérios, a política, estaria perdendo a sua energia mobilizadora e cedendo espaço, cada vez mais, aos desejos de uma sociedade consumista formada por um agrupamento nada coeso de mônadas com a profunda dificuldade de construir noções de autocompreensão para sua própria existência. Em paralelo vivemos em mundo fortemente unipolarizado contando com uma potência hegemônica a ditar os rumos seja de programas nucleares de países periféricos ou interferindo nos processos políticos nacionais. É consensual que o mundo não seja mais exatamente o mesmo, inclusive no plano geopolítico, após a queda do "socialismo realmente existente" que funcionava como uma forma de contrapeso para determinados arroubos do Império Norte-Americano. Embora eu não dissocie de forma estanque os impactos das mudanças societárias sobre o mundo-da-vida ou nos subsistemas sociais, neste ensaio irei me ater na segunda ordem de problemas, enfocando especialmente a política e algumas possibilidades de pensarmos a emancipação atrelada a um realismo crítico nos dias que correm. Decerto não irei apresentar uma solução, mas, uma mudança de foco.

Prosseguindo, a fabulosa opacidade e o clima de incerteza deste novo cenário global decorre de mudanças aceleradas que não podem ser compreendidas somente tomando as últimas duas décadas do último século. Em verdade, as profundas e inegáveis modificações que tomaram o mundo de assalto são provenientes de momentos anteriores situados nas franjas do Estado de Bem-Estar europeu e de inúmeras ditaduras espalhadas pelo mundo. Portanto, as modificações, que na conjuntura merecem a comparação com um turbilhão (Habermas, 2001), devem-se a desenvolvimentos pregressos.

Compreendo que o mundo em crise (Habermas, 1999; Offe, 1984; Mészáros, 2002), e a sensação de intransparência (Habermas, 1987), seja produto de três grandes "fraturas" na história do moderno sistema produtor de mercadorias. A primeira delas é a crise de caráter financeiro/energético ocorrida na década de 1970, também alcunhada de "crise de petróleo", a qual fez ruir modelagens de concepção de Estado como o Welfare State europeu e causou grandes danos no plano econômico mundial gerando, dentre outras consequências, a explosão de juros sobre os empréstimos nacionais colocando países periféricos como o Brasil em situação constrangedora.

Esta primeira fratura indubitavelmente projetou governos emblemáticos como os de Ronald Reagan nos EUA e o de Margaret Thatcher na Grã Bretanha<sup>1</sup>. Ambos adotaram medidas de caráter profundamente contencionista nos seus aparatos burocráticos-administrativos e aplicaram cortes significativos nas políticas sociais até então praticadas. Neste momento que o ideário de satanização do Estado toma corpo e se apresenta vivo até o presente no discurso político da mídia hegemônica. O termo neoliberalismo será uma das formas em que as esquerdas progressistas e setores ligados a “antiga ordem” irão cognominar este conjunto de medidas e governos que perpassam pela ação privatizante e de redução de custos da máquina pública. É a formação do que compreendo ser um *novo senso comum*<sup>2</sup> neoliberal tanto pela esquerda quanto pela direita nos órgãos de comunicação de massa.

A segunda fratura refere-se a perda de potencial utópico mediante a desmobilização em escala também mundial de um poderoso ator-chave, o movimento operário, muito em decorrência da desregulamentação da legislação do trabalho em escala também mundial embora que, pontuada em diferentes movimentos históricos por fatores conjunturais atinentes aos diferentes Estados-Nacionais. Mesmo direitos como a “licença maternidade”, garantida pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) pela convenção 103, não são “universalizados” no mundo em transição. Em um cenário de crise, como o apresentado na década de 1970 e que terá seu prosseguimento em parte da década de 1980, o mundo convulsiona ante uma realidade a qual fará com que autores como Gorz (1982) tenham proclamado o “Adeus ao Proletariado” mediante as metamorfoses do mundo do trabalho.

---

<sup>1</sup> Não desconsidero aqui a experiência chilena com Augusto Pinochet. Todavia, a experiência vivida com este último se deu em um contexto de uma ditadura, das mais bárbaras, na periferia. Nos casos britânico e americano os arautos do “bom senso” da ortodoxia econômica chegaram ao poder mediante competição eleitoral, algo que confere maior simbiose entre população e eleitos no imaginário democrático ocidental, sem desconsiderar que o método eleitoral é a via predileta de selecionar mandatários na política contemporânea.

<sup>2</sup> O termo “senso comum” aqui se apresenta justamente pelo seu caráter de redutor de complexidade por simplesmente colocar sob o alcunha de “neoliberalismo” ou de “neoliberal” experiências de governo profundamente díspares. Mesmo no Brasil é não raro vemos a aplicação deste termo para as experiências de governo em toda a Nova República. Portanto compreendo que a aplicação do termo “neoliberalismo” hoje detém pouco ou nenhum valor explicativo tendo utilidade relativa apenas na construção de palavras de ordem.

Não menos problemático, focando ainda em agentes coletivos, é o retraimento ou a institucionalização dos chamados “novos movimentos sociais” em países de capitalismo avançado sendo que estes foram as grandes apostas de oxigenação dos projetos emancipatórios em seu período de surgimento. No caso das Ong’s, onde estas últimas em seu surgimento nos anos 1960 apontavam para inovações organizativas e institucionais por derivarem dos movimentos *grassroots*, colocando nas agendas políticas o tema do autogoverno, em várias ocasiões perderam qualquer caráter de autonomia, como no Brasil, mediante sua sobrevivência orçamentária depender diretamente do Estado em diversas ocasiões.

A terceira grande fratura, já assinalada no início deste ensaio, refere-se ao desmoronamento do império soviético ao qual aponta para duas grandes questões: a primeira delas é a perda do referencial de uma sociedade fática situada na inspiração valorativa e normativa à esquerda do espectro político, mesmo que seja eivada de debilidades e/ou brutalidades pertencentes ao socialismo realmente existente como as Gulag’s<sup>3</sup>. A queda do muro em Berlin significou algo mais do que a unificação das duas faces, cindidas desde a 2ª Grande Guerra, como podemos supor. Implicou um desbussolamento das energias utópicas e a perda da identificação vertical dos agentes com um ideário que se mostrou contraditório em sua prática.

Diante desta série notável de rearranjos estruturais, nas quais há a convivência com as permanências que permitem identificarmos a sociedade ainda como moderna apesar dos protestos, deve ser tarefa das ciências humanas de maneira mais ampla, e aqui em particular a sociologia política contemporânea, identificar as formas de organização societária no século XXI em prol do entendimento da formação política da vontade. Não desconsiderando suas

---

<sup>3</sup> Os campos de concentração autorizados a funcionar por Stalin. A tomada de conhecimento deste elemento obscuro, conhecida como a “abertura dos relatórios Kruchev”, referindo-se aqui a Nikita Kruchev um dos sucessores de Stalin, é interpretado por Hobsbawm (2002) como um dos eventos que irá apresentar ao mundo uma nova esquerda desiludida e desencantada com a militância ou então, ainda, momentos de esperança e re-fundação deste ideário. De toda maneira os PC’s não seriam os mesmos após a abertura dos relatórios pelo governo soviético no ano de 1956 e inúmeros intelectuais irão abandonar o partido comunista ora apoiando novos partidos, ora abandonando o campo do ativismo político tradicional. O núcleo da *New Left Review*, por exemplo, fez parte deste grupo de “desobediência” às ordens do Kremlin pós 1956.

contradições, creio que nestes arranjos fáticos que podemos vislumbrar um caminho possível de oxigenação e reinvenção dos projetos de emancipação humana no atual momento.

Neste sentido, iremos enveredar em três momentos distintos de compreensão do fenômeno político nos dias que seguem, visando levar água ao moinho das reflexões sobre as alternativas para a emancipação humana em um cenário de *interregno* (Gramsci, 2002). Primeiramente nos cabe discutir um outro grande pano de fundo estrutural compreendido pelo termo "globalização". Nos interessa fazer uma varredura sobre a questão das compressões espaço-temporais que vigoram no presente para, em um segundo momento, compreendermos o quanto estas compressões estimulam a imaginação política na busca por encaminhamentos, sejam analíticos ou propositivos. Os fenômenos anexos à globalização parecem levar a duas consequências claras para a imaginação política. Por um lado, na construção de aporias, ou de um *wishful thinking*, em que proposta e propositor encontram-se em situação pouco compreensiva, tornando inacessível seu intento e sua proposição. No campo das aporias, iremos discutir o "cosmopolitismo contrafático", mas, com pretensões de uma surreal facticidade, centrada na ideia de sociedade civil global. O cosmopolitismo aí presente, assim como interpreto este tipo de interpretação em anexo a outras do mesmo quilate, torna-se um óbice ante seu maior objetivo: compreender as possibilidades da emancipação humana. Em contraposição à descrição, que avalio como ingênua, desta sociedade civil global, defendo a proposta de Espaços Públicos Transnacionais enquanto terceiro momento de reflexão. Defendo que se trata de um conceito mais poroso e capaz de apreender as idas e vindas sempre surpreendentes da construção da emancipação humana no cenário de fluidez derivada das compressões espaço-temporais.

## II

Domingues (2004) sentencia, não sem estar envolto em perplexidade, que o campo sociológico só recentemente procurou se deter, com mais parcimônia, em duas esferas fundamentais da vida em sociedade: "*O tempo e o espaço, outrora temas negligenciados, tornaram-se recentemente questões centrais para certo número de teorias sociológicas.*" (Ibid: 65). Permitimo-nos recusar, apenas

parcialmente, da avaliação de Domingues: uma questão, de fato, é a maior proliferação de estudos sobre questões espaço/temporais na contemporaneidade, quantitativamente aumentada desde os eventos desencadeados pelas profundas modificações da organização do espaço e do tempo pós-1970. Mas, concordando com Stompka (1998) ao menos o fator temporal que envolve as atividades humanas é fator de preocupação que coincide com o desenvolvimento de parte da estruturação da sociologia enquanto ciência humana, partindo da *old school* francesa (E. Durkheim e M. Mauss) e chegando às escolas funcionais-sistêmicas que assentarão no estabelecimento da sociologia americana.

O desvio de rota é a mudança *qualitativa*, em um viés sócio-organizacional e cognitivo, operado pela disseminação de relações de mercado e generalização de maneiras contemporâneas de ordenar a produção, acarretando em uma complexa rede de fato mundial de homogeneização da cultura material<sup>4</sup>. Neste ponto encontramos a razão do *boom* sócio-temporal ao qual Domingues refere-se, e a persistência de determinado tópico nos cânones das Ciências Sociais hoje.

Stompka (*Op. Cit*) nos apresenta uma noção de temporalidade relativamente monótona, e invariavelmente *unilinear*, sobretudo nas análises sociológicas acerca de sociedades modernas. Ao citar autores, além dos "fundadores" da sociologia francesa, como Robert Merton e Piotr Sorokin, nos resta uma leitura enfocada pelos aspectos *funcionais* deste fator de generalização social. Teríamos, para os fins aos quais interessariam a uma sociologia das sociedades industriais, três diferentes e complementares características para o fator *tempo* que conferem sentido a esta esfera:

- sincronização de ações simultâneas;
- sequenciamento de ações sucessivas;
- taxa (entende-se por unidade) de ações;

Portanto, a padronização do tempo na modernidade se apresenta enquanto uma necessidade *funcional* relevante. Tendo em foco esta questão, Milton Santos (1997) discute o nosso novo mal estar civilizacional em sua interpretação em anexo ao fenômeno da globalização.

---

<sup>4</sup> Resguardando a maneira própria de significação dos atores em diferentes espaços sócio-culturais.

Um dos pontos marcantes de nossa Era é justamente a causada pelo fenômeno de *aceleração* espaço-temporal, gerando alguma fantasmagoria institucional. Espaço e tempo agora estão subjugados diretamente a novos mandatários, sendo estas esferas subjugadas a um processo perene e radical de racionalização a serviço do grande capital, o grande *leitmotiv* concreto das modificações destes marcos estruturais da modernidade. É também um fenômeno *mediático*, por ser inevitavelmente carregado de tintas em expressões pouco precisas como “aldeia global”, mas, também, denota a impotência de formas tipicamente modernas de organização sócio-organizacional ante poderosas redes transnacionais empresariais que flexibilizam tecnologicamente o espaço.

Retomando o alvorecer da modernidade, somente com a revolução causada pela quantificação do tempo, em um mundo em franco processo de destrascendentalização, teríamos a empreitada capitalista funcionando em sua plenitude. Há uma necessidade “extensional” e “intensional” (de intensidade), atinentes a todo o processo. A sociedade moderna é singular por se espriar velozmente por extensões territoriais nunca vistas, e com graus de intensidade que modificam algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (Giddens, 1991). Este “modo de vida”, como classifica Giddens, é o modo, por excelência das “descontinuidades”. Sem mais a cultura do “eterno ontem”, representada pela tradição, a modernidade, exatamente como assimila Berman (1986) na apreensão faustica do tempo goetheano: “é o espírito que tudo nega”. É este elemento genealógico que está ausente, ao menos de forma explícita, na análise de Milton Santos. Contudo, conforme já dissemos, Santos nos oferece uma chave para a compreensão do “*time boom*” contemporâneo na sociologia, que é aceleração enquanto motivação concreta e material, algo não oferecido por Domingues onde sua análise centra-se em demasia em uma leitura de mudança paradigmática, e não no elemento de mudança societária corrente.

No afã de desenvolver suas sínteses, em contraposição aos clássicos, Giddens afirma que a modernidade é sobretudo *multidimensional*. Rompendo com qualquer “monismo” explicativo, o autor busca caracterizar a mesma sob diferentes marcos de significação. Retomando



o fio condutor de matriz goetheana, a dinamização da modernidade, sua constante descontinuidade, decorre da separação e recombinação da relação *espaço-temporal* e do *desencaixe* dos sistemas sociais.

O movimento da modernidade, com o "zoneamento" do tempo, em divisões tão precisas quanto arbitrárias, e a interpenetração deste, junto a outros condicionantes, corre em paralelo ao também zoneamento geográfico do mundo. Tempo-espaço são *homogeneizados* permitindo aquela plasticidade que faltaria a componentes societários pré-modernos. Um dos exemplos mais didáticos é o dos transportes: temos uma padronização e, conseqüentemente, uma interligação entre espaços de modo que possamos "controlá-los", "manipulá-los" com proximidades e segurança ainda não experimentadas em outros momentos históricos (Ibid: 28). Isto nos permite, dentre outras facilidades organizacionais, a *ressignificação* de práticas tradicionais: ao localismo impõem-se outras formas de organização, como os Estados-Nacionais. No entanto, o *local*, evidentemente, não deixa de existir, mas, está subsumido a imperativos e princípios organizativos que excedem suas fronteiras situadas no espaço micro.

Retomando o argumento de Milton Santos, agora sob os suportes sociológicos propostos por Giddens, entendemos melhor a sensação de aceleração. Esta aceleração se dá, sobretudo, advinda de exigências centrípetas da modernidade, realizando uma maior velocidade de compressão/descompressão, encaixes/reencaixes, e de seus mecanismos que dialeticamente tanto enfrentam o risco social quanto o aumentam. O aumento de velocidade se dá, dentre outras razões, em virtude da substituição de um modo próprio de organização da produção do século XX, o fordismo, por outras formas atrelando as mesmas ao exponencial robustecimento tecnológico. Esta exigência centrípeta deve ser entendida como uma urgência do atual estágio de acumulação.

Diagnóstico similar é construído pelo geógrafo americano David Harvey (1998) em suas análises acerca das inflexões espaço-temporais no capitalismo. A "era do efêmero" condensa-se em torno de modificações tecnológicas substantivas. Concordando com Giddens (1991), o que vemos é o *aprofundamento* de processos de compressão espaço-temporais já iniciados no período de eclosão do iluminismo. Pós 1970 a comunicação via satélite gera a possibilidade de termos uma sensação de simultaneidade jamais vista:

Os sistemas de comunicação por satélite implantados a partir do início da década de 70 tornaram o custo unitário e o tempo da comunicação invariantes com relação à distância. Custa o mesmo a comunicação com uma distância de 800 quilômetros e de 8000 via satélite. (Ibid: 264).

Estas inovações, no campo informacional e a sofisticação no aparato de transportes, geram possibilidades até então jamais vistas mas, não ocorrem impunemente nem são geradas sob os auspícios de um *espírito* do progresso inexorável. Harvey, que transita inegavelmente pela via *materialista* identifica estes “milagres” com necessidades objetivas da era das transições. Com a queda do padrão Bretton Woods (Ibidem: 267) e o cenário de crise econômica, gerando uma inflação alta para padrões europeus de dois dígitos atingindo a periferia do capitalismo de maneira não menos brutal, temos a *necessidade* de reformulação radical das estruturas produtivas. A tecnologia gerada e praticada pelo complexo industrial militar aqui poderia unir-se com a busca por aumento de velocidade de giro do capital. Não custa aqui rememorar que a primeira transmissão de dados utilizando linhas telefônicas foi realizada pelo Pentágono em tempos de guerra fria<sup>5</sup>.

Diante desta aceleração a aposta então pode se centrar, em um cenário caótico da economia política do capitalismo avançado em duas frentes: o setor produtivo flexível e um setor financeiro autônomo. Para Harvey ante a depreciação do valor das moedas nacionais é premissa para o capital a busca por “novas fronteiras”, apontando aqui o gérmen da profunda financeirização das economias mundiais presenciadas por nós na década de 1990 e, não menos importante, do surgimento de um localismo produtivo (Ibid: 266). Em um cenário de capital móvel e com as evidentes tecnologias de informação, Harvey argumenta, não há impedimentos para as grandes corporações buscarem vantagens *locais* e não somente vantagens *nacionais*. Neste escopo assistirmos na contemporaneidade a competição entre cidades e regiões e, conseqüentemente, a adaptação cultural das mesmas visando atender aos requisitos das megacorporações.

---

<sup>5</sup> Mészáros (2002) faz análise similar em torno das íntimas relações entre setor *produtivo* e complexo bélico.

A descrição de Harvey é realizada, como foi apresentado, sobretudo pelo viés materialista. No entanto, o autor envereda nas consequências culturais deste processo ao apontar que esta compressão espaço-temporal inegavelmente afeta nossas maneiras de agir/sentir até mesmo no campo gastronômico e da música, não sem antes remeter-se ao conceito de "simulacro" originalmente do filósofo francês Jean Baudrillard. O enredo da globalização em Harvey é atrelado ao signo de uma profunda inautenticidade. A "disneyficação", em que é possível se comer qualquer tipo de especialidade gastronômica sem sair do país, bastando ir a algum tipo de espaço temático (shopping centers, parques de diversão), é a marca deste tipo de sociabilidade moderna absolutamente precária. Também a transnacionalização de determinados pressupostos estéticos-musicais em que torna-se padrão "ser sem realmente nunca ter sido", coaduna-se perfeitamente com uma vida em simulacro, cuja definição é: "*um estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida*" (Ibidem: 261). Não se trata de algo absolutamente novo, mas, o *modo* de manifestação desta sobrecarga sensorial é sim radicalmente nova e jamais seria impulsionada se não fossem as compressões espaço-temporais.

Boaventura de Sousa Santos (2006), tal qual Harvey, também não possui exatamente uma teoria sistemática acerca das novas configurações espaço-temporais da era das transições. Todavia, este, seguindo igualmente uma trilha similar a de Harvey, identifica, em conformidade com sua postura teórica, mudanças que seriam atinentes ao esforço interpretativo e heurístico do tempo presente.

Há um novo "espaço-tempo" na leitura do sociólogo português e este é justamente o espaço-tempo criado pelas inovações tecnológicas presenciadas no mundo pós-1970. A descrição de Santos não é tão detalhista quanto a de Harvey acerca do fenômeno, mas, nos aponta aqui para um ingrediente a mais: a análise do espaço "virtual" que o autor denomina "redópolis" (Santos: *Op. Cit.*: 307). Transparece no texto o caráter estruturalmente dúbio desta "hipernovidade". Santos não é eufórico a ponto de identificar no ciberespaço quase-milagres de sociabilidade e tampouco apenas sataniza estes novos meios. Pautado pela lucidez, o autor nos conclama a observarmos o aspecto em que as comunicações aqui são nuclearmente construídas sob plataformas pré-montadas e hierarquizadas.

Não é “mera anarquia”, em seu sentido mais nobre e libertário, na esfera comunicativa informatizada, colocando uma pá de cal sobre aqueles que defendem uma “esfera pública digital”<sup>6</sup>. Todavia, inegavelmente há possibilidades, motivadas pelo efeito de simultaneidade descrito acima, até então nunca vistas. E é este o ponto será retomado na próxima e última seção deste ensaio.

### III

Jean Cohen (2003) nos convida a pensarmos um dos mais problemáticos conceitos contemporâneos sob a égide da globalização, ou das compressões espaço-temporais já debatidas: o que seria a sociedade civil contemporânea e como esta reagiria ante às demandas impostas pelas novas configurações impostas a esta? Em seu trabalho a autora adota um caminho sequencial para tentar esclarecer a aparente nuvem de fumaça que paira sobre o conceito visando enfrentar a “nova intransparência” (Habermas, 1987). A autora apresenta a sociedade civil como espaço comunicativo composto por um conjunto de pré-requisitos, três subsistemas relacionados para então adentrar, de maneira confusa e dúbia, nos embaraços dos espaços “globais”.

A tipologia de sociedade civil proposta por Cohen envolve um caráter “neutro” historicamente. Este artifício proposto pela autora procura justamente sair do constrangimento, enquanto crítica, à proposta de uma sociedade civil “global” visto que a mesma não poderia ser concebida distanciada dos Estados-Nacionais: “(...) *mas este pressuposto não é inerente ao modelo; simplesmente expressa a forma histórica de sociedade civil que estávamos estudando naquela época.*” (Ibid: 433). Portanto, o conceito proposto pela autora é propositalmente *elástico* para acomodar as atuais conformações históricas, embora que a mesma reconheça que o nascimento das sociedades civis envolva uma relação *contígua* com os Estados-Nacionais. Os processos de diferenciação *funcional* e *substantiva* entre mercado e Estado só poderiam ser salvaguardados a partir de mecanismos muito próprios em que as Constituições Nacionais são a grande via de institucionalização da diferença primordial que supõe a separação entre público e privado<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Uma crítica ainda mais severa pode ser apreciada em Dean, 2003.

<sup>7</sup> Cabe notar que Cohen transita, à sua maneira, como uma intérprete da teoria habermasiana cuja obra é apontada inúmeras vezes como referência, indo desde a “Mudança estrutural da esfera pública” até as mais recentes incursões no campo do direito.

Na consolidação da sociedade civil, seja ela em qualquer das escalas (local, regional, nacional e global) temos três parâmetros, ou subsistemas, que devem ser levados em consideração quanto ao seu grau de institucionalização pois são estes que tornam possível a esta esfera situar-se de maneira diferenciada das outras duas sociedades: a sociedade política, cujo *médium* é o poder, e a sociedade econômica, cujo *médium* é o dinheiro. A interação comunicativa, pedra-de-toque para a sociedade civil em sua diferenciação funcional e substantiva, deve ser assegurada a partir do amadurecimento dos seguintes subsistemas:

- Pluralidade;
- Publicidade;
- Privacidade;

Estes três subsistemas nos garantem tanto a diversidade, reivindicada pelos Novos Movimentos Sociais da década de 1960/1970 (Ibidem: 434), quanto a livre circulação de informações (Idem: 424), e, por fim, a as garantias civis (Ibidem: idem), respectivamente. Sem estes três elementos, complementares e interconectados, não haveria um cenário pujante de modo que a sociedade civil pudesse atuar como *correia de transmissão* societária para as mudanças e avanços exigidos por cada momento histórico.

Os eventos desencadeados pelas modificações pós-1970 no cenário mundial sugerem a necessidade de pensarmos este modelo, segundo Cohen, para além das fronteiras dos Estados-Nacionais. Neste sentido a autora, embora procure aderir a uma análise de globalização "fraca" (Ibid: 423), compreende estarmos no período da substituição dos "'governantes do território' pelos 'mentores de velocidade'" (Ibidem: 420). Esta aposta faz com que a sociedade civil global se apresente enquanto um processo inexorável mediante a dilatação dos três subsistemas institucionais descritos (pluralidade; privacidade; publicidade) em um cenário de interação *cruzada* em que global, nacional e local interagiriam de forma inequívoca. Sobre especificamente este último tópico salienta-se a argúcia da autora ao propor um efeito *boomerang* em que formar-se-ia uma interessante dinâmica transnacional de solidariedade, onde grupos transnacionais apoiam movimentos locais ou nacionais com supostas repercussões para todos os envolvidos. Cabe notar que Cohen

reconhece que esta dinâmica está longe de ter eficácia política suficiente para realizar mudanças substantivas e encontra-se de forma *rudimentar* não produzindo grande relevância política. Poderia ser um prenúncio mas, como ironicamente já indica Sérgio Costa (2004b), não passam de promessas ainda longe de se cumprirem em uma suposta nova etapa da modernidade. Os exemplos fáticos citados pela autora como possíveis exemplos de interação pós-nacional eficaz, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Organização Mundial do Comércio (OMC) operam em uma lógica sistêmica e gerencial de maneira que são incapazes de serem realmente parâmetros de elaboração de alternativas para os déficits democráticos diagnosticados pela autora.

Ainda assim a autora acredita, fortemente influenciada pelo desabrochar das novas tecnologias, que temos a formação de redes (Cohen, *Op. Cit.*: 435) suficientemente neutras para abrigarem tantos elementos civis quanto incivis (como grupos terroristas). Embora, como descrito na segunda seção deste ensaio, as novas tecnologias nos remetam a noção de uma poderosa simultaneidade, ainda não estaríamos próximos de uma opinião pública mundial verdadeiramente autônoma, como a autora vê enquanto principal desdobramento. O exemplo citado pela autora de que mesmo potências como os EUA não poderiam se recusar a dobrarem-se ante uma opinião pública mundial não encontra eco na realidade, vide a invasão ao Iraque há alguns anos atrás ou o exemplo do desrespeito ao tratado de Kyoto<sup>8</sup>. As “novas formas de ação coletiva” são ainda frágeis em demasia, o que nos permite compreender as idas e vindas no texto do autora em que ora compreende a falência dos Estados-Nacionais como algo incontornável, ora admite que seja ainda demasiado precoce colocarmos as instituições nacionais na “lata de lixo da história” (Ibid: 423). Por fim melancolicamente enseja:

---

<sup>8</sup> E mesmo quando o fez isto só ocorre no momento em que há uma modificação *interna* mediante a mudança da correlação de forças *interna* do parlamento americano, construindo uma maioria democrata. Como se pode ver isto não se dá por motivações *externas* como Cohen parece creditar.

É preciso forjar uma sociedade política global e regional e faz-se necessário torná-la forte no âmbito nacional, mesmo enquanto a soberania dos Estados esteja sendo parcialmente desagregada e mesmo que os atores da sociedade civil logrem impor a aceitação de princípios de direitos humanos, a preocupação com as questões ecológicas e assuntos semelhantes a todos os atores políticos. (Ibidem: 452).

Por esta última menção literal ao texto de Cohen podemos atinar que o conceito de sociedade civil global, de fato, seja "pseudo-sociológico": funciona, em verdade, muito mais enquanto uma *aspiração* e uma expectativa normativa do que algo fático. Embora que concordando com Boaventura de Sousa Santos (1999) para quem a teoria crítica não deve se resumir meramente ao que existe, dentre outras coisas, as consequências generalizadoras e homogeneizadoras contidas na busca desesperada por saídas em um cenário de mercado efetivamente globalizante pode nos levar a *ocultar* relações de poder ou a *empobrecer* a profunda diversidade, que persiste justamente no caráter difuso dos atuais arranjos impulsionados pelas constelações pós-nacionais. Desta maneira que propomos a saída dos Espaços Públicos Transnacionais como alternativa a conceitos totalizantes como sociedade civil mundial.

Thomas Olesen (2005), cientista social dinamarquês segue caminho oposto ao de sua colega norte-americana. Situado no espírito que renega as proposições totalizantes que sugerem vivermos em uma modernidade diametralmente diversa, Olesen desconstrói de maneira contundente qualquer validade do conceito de sociedade civil global sugerindo o conceito de "Espaços Públicos Transnacionais" (*Transnational Public Spaces* ou *Transnational Publics*), doravante EPT, em substituição do primeiro. O autor evidentemente não desconsidera totalmente as modificações ocorridas no cenário sócio-político mundial, mas, busca colocá-las em outras dimensões menos hiperbólicas.

Costa (2004a) é provocativo ao nos questionar acerca de um mundo da vida global que justificasse algo próximo a uma esfera pública global em contextos pós-nacionais. Olesen é não menos caustico ao questionar aos teóricos da sociedade civil global se há um Estado global que nos garanta parâmetros institucionais que permitam esta mesma sociedade civil transitar em seus subsistemas, como diria Cohen (*Op. Cit.*) de *pluralidade, publicidade e privacidade*.

Não é necessário exaustivo estudo empírico para que constataremos que não há nada sequer *similar* a um Estado global.

Ainda, voltando, para Olesen, em verdade, o conceito de sociedade civil global é inútil pois torna-se tão abrangente seu escopo explicativo, envolvendo questões físicas, sociais, políticas, geográficas e culturais em grandes distâncias, que perde seu caráter heurístico (Olsen, *Op. Cit.*: 420). Porém, uma das falhas mais graves, possivelmente em concordância com Costa (2004a) e Bourdieu & Wacquant (1998) é o caráter *nacional* de muitos movimentos que são, então caracterizados, como pertencentes a esta pretensa sociedade civil global. A proposta de Olesen é clara: "*If globalization is to continue as a theoretically useful axis of research on social movements, it should because it invites us to look at many spatial levels of analysis at the same time.*" (Ibid: 435). Sob esta preocupação, da análise multifocal sobre os eventos em espaço global, que Olesen busca concentrar seus esforços de análise sobre o fenômeno inegavelmente novo das EPT's e também dos movimentos sociais em escala global.

Primeiramente, o autor ressalta a necessidade de atentarmos para a complexa relação entre *local*, *nacional* e *global* pois estas delimitações não desaparecem. No modelo proposto, são sínteses destes três momentos que geram a pluralidade de EPT's. A questão passa agora a ser a reinvenção de um conceito hoje de inegável importância para as Ciências Sociais: o conceito de esfera pública.

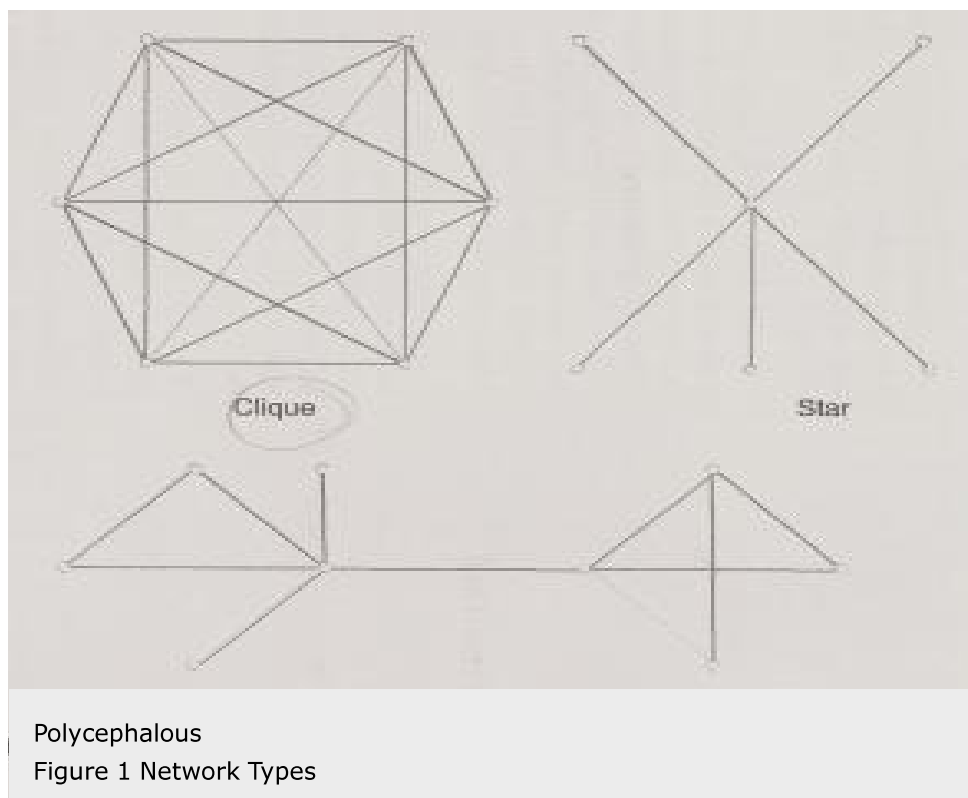
O conceito de esfera pública (Habermas, 1984) é fundamental para o entendimento do fenômeno político moderno. Em sua tese de livre docência Habermas descreve e analisa o surgimento dos círculos de leitura, dentre outros espaços, que levam, em paralelo ao desenvolvimento do mercado e de suas instituições correspondentes, à eclosão de grupos críticos que fomentam a sociabilidade burguesa a partir de bases interpretativas. O mundo das idéias, pois, ajuda tanto a confirmar, quanto renegar, a sociabilidade burguesa, nos possibilitando avanços de movimentos progressistas, como os socialismos do século XIX. Neste sentido, como já presente na análise de Cohen, irrompe a interação comunicativa como *médium* obrigatório em que o convencimento torna-se mote. Contudo, Olesen apóia-se em um segundo momento de elaboração teórica da esfera pública contida em



Nancy Fraser (1995) que discute a formação de “contra-públicos” (*counterpublics*), que são círculos de fomento crítico *subalternos* que transitam, de maneira diversa, nos arredores da esfera pública “oficial”. São os “contra-públicos” que permitem, em contextos de luta por reconhecimento, os espaços de elaboração simbólica de grupos que não encontram espaço no âmbito oficial, dado que a esfera pública fática é absolutamente seletiva, fazendo eclodir, em primeiro momento por exclusão, os movimentos feministas, negros e de “minorias” nos países centrais. Portanto, os “contra-públicos” são os momentos de emergência de *modus vivendi* subalternos.

Da síntese destes dois conceitos que Olesen nos propõe os Espaços Públicos Transnacionais, visto que estes são, na verdade *momentos* de síntese transnacional, portanto são *obrigatoriamente* plurais, em que ora há a predominância de determinados agentes hegemônicos, derivada da correlação de forças do período, ora há a insurgência de determinados grupos emergentes. Os EPT's são construções analíticas possíveis que buscam não ocultar que há dominâncias, predominâncias, de grupos e indivíduos sobre outros. São estruturas plurais *não idealizadas*, portanto, atém-se ao esforço de explicar “*What is happening to civil society*” (Olesen, *Op. Cit.*: 419). Contudo, Olesen nos adverte que não busca suplantiar as esferas públicas nacionais com o conceito de EPT. Na verdade, a correlação de forças das EPT's, profundamente instável, depende diretamente de movimentos contidos nas esferas públicas nacionais fazendo com que ocasionalmente os movimentos transnacionais incidam sobre a formação da vontade política dos espaços locais e nacionais. Há a inversão aqui, se compararmos com a onipotência da sociedade civil global de Cohen pois o EPT é um conceito *intencionalmente difuso*, até pelo fato dos movimentos sociais exercerem diferentes papéis ao sabor da conjuntura (Ibid: 421), visando conferir inteligibilidade ao mundo da ação social e política transnacional. Binarismos, em que ora temos *pobres ou ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos* ou, como prefere Sousa Santos, *sul e norte*, ofuscam a riqueza do fenômeno e apagam sua dinâmica inconteste e por vezes até mesmo frustrantemente incontrolável dado que as posições alcançadas por determinado grupo são relacionais e não absolutas. Por fim, “*Transnational publics, in other words, are crucially defined by their engagement with authorities at national and international levels*” (Ibidem: 424).

Especificamente na tarefa de remodelar o conceito de rede Olesen nos leva a uma dialética das relações que busca, sobremaneira, complexificar o modelo explicativo hoje em voga. Para o autor, em sua análise, há interações diretas e indiretas nestas redes, em que tanto há espaço e necessidade de relações face-a-face (diretas) quanto para as novas tecnologias informacionais (indiretas). Na elaboração de três tipos ideais de interações em um mundo “em rede”, nos propõe os três gráficos abaixo:



In: Olesen, 2005: 426.

No primeiro tipo de interações em rede temos o modelo “clique” em que nota-se que *todos* os nós (*nodes*) na mesma estão profundamente interligados, não havendo grandes distâncias entre os pontos dado que, em última instância, todos podem ser interpretados como intimamente conectados. Esta é a noção que poderíamos chamar de tradicional na proposta de Olesen. Ela, também, por excesso de monismo, não reconhece, em sua ânsia por determinar relações “horizontais” que há, de fato, momentos de *centralização* de agentes, ou dominância, de modo que há nós com um número maior de interconexões do que outros. O modelo “clique” não consegue abarcar a diversidade defendida pelos dois modelos possíveis e fáticos de interação: o modelo “estrela” (*star*) e o modelo “policéfalo” (*polycephalus*).

O modelo de rede “estrela” nos sugere que há pontos sem conexão, isolados, ou então conectados apenas àquele ponto central. No entanto, mesmo este modelo é ainda *insuficiente* para nos servir de parâmetro explicativo para os EPT’s. O modelo policéfalo, que pode ser compreendido como uma junção de várias estrelas, é o mais empiricamente eficaz pois compreende o *distanciamento* entre pontos, nos sugere que há pontos de interconexão *centrais*, desmentindo o mito da descentralização da redes. E, o mais importante: não nos oculta que há relações desiguais de poder mesmo entre os libertários movimentos sociais do século XXI. Olesen é um estudioso do fenômeno do zapatismo que se tornou de alcance transnacional (2004) onde buscou compreender o que faz determinados movimentos serem mais ou menos relevantes, a partir de critérios de visibilidade e de ressonância, e, também, porque determinados movimentos tornam-se mais influentes do que outros<sup>9</sup> sendo que não é, evidentemente, possível que todos sejam “movimentos chave”. Há uma inegável hierarquia de relevância, motivado pela adoção de estratégias de obtenção de poder, mesmo que em defesa de um discurso igualitário.

Concluindo, não há qualquer pretensão de concretude que não exista. Os EPT’s não são onipotentes, e sim, são *espaços sociais precários de interação* em que os agentes (de indivíduos a movimentos) se movimentam e nem sempre atingem o mesmo foco. São espaços, *físicos*, pois não prescindem de interações face-a-face, daí serem desiguais dadas as profundas dificuldades estruturais cabíveis em tentativas de criação de redes mundiais, e também são espaços *não-físicos* de circulação e troca de informações. Justamente esse caráter fluido faz com que tenhamos um conceito que guarda mais afinidades com os próprios fundamentos da modernidade. E, ainda mais relevante, justamente pelo seu caráter poroso, não nos autoriza a saídas totalizantes e/ou totalitárias, onde os projetos de emancipação contemporâneos possam, enfim, ser apreendidos em sua diversidade *in natura*.

---

<sup>9</sup> Olesen relativiza, inclusive, o “poderio da internet”, pois para o autor as relações face-a-face são ainda as mais importantes, sendo que mesmo a Internet necessita, para tornar determinado movimento social ressonante, de interações em âmbito local e nacional para, então, adquirir uma visibilidade transnacional. O que faz com que compreendamos que mesmo Ong’s como o *Greenpeace* em atuação local acabem por adquirir contornos culturais locais em suas sedes nacionalizadas. Além do que há de se contemporizar acerca de real distância entre a Internet e as *Mass Media* de maneira geral, pois, para o autor, há a interação entre ambas contribuindo para a sublimação do potencial de inovação informacional do espaço virtual.

## REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. Sur lês ruse de raison impérialist. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris: Editions du Seuil, n. 121-122, mar. 1998, p.109-118.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: pensando categorias. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Iuperj, vol. 46, n.3, 2003, p.419-459.

COSTA, Sérgio. Direitos humanos e anti-racismo no mundo pós-nacional. In: *Novos estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, n.68, mar. 2004a, p.23-37.

\_\_\_\_\_. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. In: *Tempo social: revista de sociologia da USP*. São Paulo, v.16, n.2, nov, 2004b, p.73-100.

DOMINGUES, José Mauricio. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FRASER, Nancy. Politics, cultures, and the public sphere: toward a postmodern conception. In: NICHOLSON, Linda & SEIDMAN, Steven. *Social postmodernism: beyond identity politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.287-312.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, (2ª ed.).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: *Novos estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, n.18, set. 1987, p.103-114.

\_\_\_\_\_. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

\_\_\_\_\_. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1998 (7ª edição).b

HOBBSWAM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MESZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLESEN, Thomas. Transnational publics: new spaces of social movement activism and the problem of global-sightedness. In: *Current Sociology*. Sage Publications: vol. 3, n.3, maio, 2005, p.419-440.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? In: *Travessias – Revista da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, n.1, 1999, set., p.21-38.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço-mundo. In: DOWBOR, Ladislau, et. all. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.191-198.

STOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

RECEBIDO: 21/09/2013  
APROVADO: 20/12/2013

